

CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO MODERNISTA: O caso da Vila Serra do Navio

COSTA, ANA CYNTHIA S. (1); TIRELLO, REGINA A. (2)

1. Universidade Estadual de Campinas. Departamento de Arquitetura e Construção
Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Cidade Universitária “Zeferino Vaz” CEP:
13083-852 - Campinas-SP – Brasil.
cynthia.s@hotmail.com

2. Universidade Estadual de Campinas. Departamento de Arquitetura e Construção
Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Cidade Universitária “Zeferino Vaz” CEP:
13083-852 - Campinas-SP – Brasil.
rtirello@gmail.com

RESUMO

O reconhecimento relativamente recente do patrimônio moderno construído e de seus valores históricos, artísticos e memoriais tem gerado importantes debates nos ambientes acadêmicos e profissionais acerca da aplicabilidade das recomendações internacionais de restauro e conservação de monumentos à essa categoria de preexistência arquitetônica. Com o objetivo de possibilitar reflexões sobre as variáveis de intervenção que se relacionam à preservação do patrimônio arquitetônico moderno, neste artigo toma-se como objeto a Vila Serra do Navio, uma *company-town* localizada no Estado do Amapá em meio a selva amazônica, tombada pelo IPHAN em 2010 como patrimônio cultural. A Vila, projetada pelo arquiteto paulista Oswaldo Arthur Bratke, foi construída na década de 1960 com especial qualidade técnica, formal e estética e se associa a um especial episódio do desenvolvimento econômico brasileiro relacionado à exploração de minério. À época, a empresa de mineração ICOMI, responsável pela exploração de manganês encontrado no então município de Água Branca do Amapará, frente a inexistência de aglomerados habitacionais para abrigar os trabalhadores da mina e suas famílias, providenciou não só a construção de residências, mas o projeto de uma vila com infraestrutura de cidade. Após o encerramento das atividades de mineração na década de 1990 a empresa retirou-se do local, dando início a um longo período de indefinição sobre a posse dos bens que pertenciam à ICOMI no Amapá que resultou em desorganizado e gradativo abandono da Vila Serra do Navio. Desde então, a Vila tem apresentado processo de intensa descaracterização e degradação das edificações e espaços que a compõem, com riscos de comprometimento definitivo de suas características modernas distintivas. Nessa perspectiva, as questões e estudos trazidos para a discussão neste evento são parte de projeto de estudo maior, correspondente a pesquisa de mestrado em desenvolvimento, que tem como objetivo principal a realização de inventário de reconhecimento das condições de conservação das construções e espaços a ela associados para análise e qualificação da profundidade das alterações espaciais, materiais e perimetrais sofridas pelas

edificações modernas e áreas públicas da Vila ao longo desses anos. As atuais prerrogativas preservacionistas consideram que um bem é patrimonializado pelo valor que lhe é atribuído, ou seja, não por ele em si, mas por seus significados simbólicos. Portanto, bens arquitetônicos valorados como patrimônio cultural são entendidos como símbolos que comunicam valores de uma determinada sociedade ou grupo. Que valores o conjunto arquitetônico da Vila Serra do Navio expressa para seus moradores atuais? Estudos sobre o legado público representado pela Vila Serra do Navio impõem diferentes desafios. Se por um lado é necessário inventariar, documentar e analisar a situação tecnicamente em contribuição para futuras ações de preservação arquitetônica efetiva, por outro sua recuperação física exigirá também esforços de construção de significados e referências que possibilitem a compreensão do lugar sob o ponto de vista de quem o habita para que se delineiem possibilidades de conservação sustentáveis. Com as reflexões deste texto espera-se colaborar com estudos futuros sobre esse particularíssimo conjunto arquitetônico moderno, considerado patrimônio cultural brasileiro, pelo qual se deve zelar e trazer a amplo conhecimento público.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Arquitetura Moderna; Vila Serra do Navio.

Conservação do Patrimônio Arquitetônico Modernista: o caso da Vila Serra do Navio

1. Questões de patrimônio: da Cracóvia à Vila Serra do Navio

A evolução dos conceitos de valor e bem cultural ampliou de modo exponencial a visão de passado e, em consequência, o campo de ação da conservação e do restauro.

Do ponto de vista jurídico, o “patrimônio” é uma noção que define todos os recursos que se herdaram, bens mobiliários e imobiliários, capitais, etc.; públicos ou privados. Contudo, “patrimônio” à luz da História, passa a significar o conjunto de obras do homem em que uma comunidade reconhece os seus valores e com os quais se identifica. Patrimônio cultural pressupõe herança, base material dos povos e nações, mas nem sempre foi assim.

A ampliação dos conceitos de patrimônio, que hoje se associam à ideia de herança cultural, é fruto de um longo processo de compreensão da pluralidade de valores fundamentais à luz do reconhecimento da diversidade cultural dos povos relacionadas ao patrimônio móvel e imóvel de cada lugar. Tal diversidade implica em diferentes significados e propõe constante atualização de condutas também em relação a conservação e restauro.

Definições de patrimônio, e de como proceder para sua proteção, se refletem nas cartas e recomendações internacionais e nacionais que pautam as diretrizes preservacionistas que são revistas e rediscutidas desde 1931, quando da promulgação da “Carta de Atenas”. Esta Carta específica, da qual o Brasil é signatário, correspondeu à primeira reunião científica internacional sobre restauro de monumentos organizada pelo Escritório Internacional de Museus da Sociedade das Nações; representa o começo das formulações intergovernamentais de diretrizes para proteção e conservação do patrimônio arquitetônico. Refletindo ainda as discussões sobre restauração dos monumentos que pautaram as teorias e ações intervencionistas do século XIX, a “Carta de Atenas” destaca aspectos relativos à proteção e restauro dos edifícios individuais e sinaliza a importância da dimensão urbanística do patrimônio histórico, lançando bases para importante mudança de significado de patrimônio nas décadas subsequentes (IPHAN, 2014).

No Brasil, quando da fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN/ 1937-1946) por meio do Decreto-lei, nº 25 de 30 de novembro de 1937, em acordo com a visão restritiva da época ainda baseada na excepcionalidade dos lugares e

monumentos a proteger estabeleceu-se como a definição de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional “(...) o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” (BRASIL, 1937).

É a Carta de Veneza, de 1964, promulgada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) que reexamina os princípios da Carta anterior para aprofundá-los, em acordo com “a sensibilidade e o espírito crítico que se dirigem para problemas cada vez mais complexos.” (IPHAN, 2004).

A Carta de Veneza, cujos preceitos segue orientando as posturas de conservação e restauração contemporâneas, no Artigo 1º posiciona-se claramente a respeito da amplitude cultural do patrimônio:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (IPHAN, 2004).

Em consonância com os princípios da Carta de Veneza e de outros outros documentos ICOMOS que os completam o conceito de patrimônio no Brasil se ampliou consideravelmente. A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 216º estabelece que o patrimônio cultural brasileiro é constituído de “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira[...].” (BRASIL, 1988: 124). Além dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, inclui na noção de Patrimônio Cultural as formas de expressão; as criações científicas artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos; edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

O patrimônio arquitetônico, urbano ou paisagístico, bem como os elementos que o compõem, passam a ser vistos como resultante de uma dialética entre diferentes momentos históricos em seus respectivos contextos socioculturais. Os edifícios e espaços são passíveis de mudanças.

A Carta de Cracóvia, 2000, tendo como base a Carta de Veneza, é um documento que busca estabelecer princípios para a conservação/restauração de um acervo arquitetônico mais recente, em especial o patrimônio da industrialização, balizando reflexão sobre algumas condutas que se adequam à avaliação do patrimônio moderno representado pelo conjunto arquitetônico da Vila Serra do Navio.

Esta carta preconiza que a conservação pode ser realizada por meio de diferentes tipos de intervenções, considerando tanto o controle do meio ambiente como intervenções físicas de diversas categorias, de menor ou maior grau: operações de manutenção, reparação, restauro e reabilitação. “Qualquer intervenção implica decisões, escolhas e responsabilidades relacionadas com o patrimônio, entendido no seu conjunto, incluindo os elementos que embora hoje possam não ter um significado específico, poderão, contudo, tê-lo no futuro.” (CRACOVIA,2000). Nesse contexto, adaptações/alterações prediais devem ser previstas:

Os monumentos, considerados como elementos individuais desse patrimônio, possuem valores que se alteram com o tempo. Esta alteração de valores, que podemos identificar em cada monumento é, afinal, uma das características do patrimônio, ao longo da História. (CRACÓVIA. 2000).

O “condomínio fechado” erigido pela ICOMI nos anos sessenta do século passado se transformou em uma cidade efetiva, com correspondente variação de usuários e população residente. Em consequência, a apreciação ou necessidade de certos tipos de edifício e características de espaço estarão sempre sujeitas a variantes dependentes de um conjunto de fatores que variam dos referenciais psicológicos às determinantes políticas.

A Vila Serra do Navio, uma *company-town* foi construída na década de 1960, no meio da densa floresta amazônica na região central do Estado do Amapá por solicitação da empresa de mineração ICOMI para abrigar as famílias dos trabalhadores das minas de extração de minério de manganês encontrado naquela região desprovida núcleos urbanos. Desejava-se uma estrutura autônoma para atender tanto a necessidades de habitação como de lazer, educação e saúde.

Projetada pelo arquiteto paulista Oswaldo Arthur Bratke, a Vila foi concebida inteiramente nos padrões modernista, com devidas adequações materiais e espaciais para o clima quente e úmido local de modo a bem acomodar e acolher o modo de vida e costumes de seus futuros habitantes. Trata-se de projeto de excepcional qualidade técnica e formal. Em 1990 mineradora ICOMI encerra suas atividades no Amapá. A partir de então, as terras, edificações e equipamentos da ICOMI ficam sem proprietário definido, o que contribuirá para a negligência com a gestão de serviços básicos de manutenção e administração da Vila. O início de gradativo de processo de degradação material e descaracterização dos espaços

públicos e edificações residenciais foi óbvia consequência. Contudo, apesar de seu relativo abandono e alterações de seus prédios, a Vila ainda conserva características originais que a distinguem na história da ocupação da Região Norte. Em 2010, foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como patrimônio cultural nacional, tornando urgente e necessárias ações práticas para sua preservação física efetiva. As mudanças de forma (e até de função) em razão de novas necessidades da vida contemporânea são esperadas e precisam ser equalizadas em um projeto de restauro. Este é o desafio da Vila Serra do Navio.

A reinserção de preexistências antigas ou modernas na vida contemporânea por meio de sua readequação a novos usos sempre irá requerer revisões programáticas, que, forçosamente, implicarão em alterações de maior ou menor grau na matéria dos edifícios. Cuidar para que essas intervenções sejam mínimas é prerrogativa do restauro conservativo em prol da manutenção dos plenos valores históricos e documentais destes bens, preservando-os ao máximo para a fruição da sociedade atual e futura.” (TIRELLO et al, 2015).

2. Vila Serra do Navio, o patrimônio modernista legado pelas novas minas brasileiras de manganês

No dizer de Jukka Jokilehto “Modernidade não é um estilo, mas uma abordagem cultural que penetrou todas as regiões do mundo e é expressa em uma variedade de formas. É esta pluralidade de expressões que representa nossas culturas contemporâneas e que forma nosso patrimônio recente” (JOKILEHTO, 2003).

Nessa perspectiva, antecedendo as questões acerca dos impasses contemporâneos sobre a preservação física da arquitetura moderna, cumpre expor as peculiaridades do projeto moderno da Vila Serra do Navio e sua associação com as novas minas de manganês implantadas na primeira metade do século XX em um território brasileiro quase inabitado; fato que por si só interessa à memória histórica e cultural do país.

A busca do aumento do poderio bélico dos países após a Segunda Guerra Mundial, implicou em maior procura por minérios de ferro para exploração e comercialização. Nesse conturbado período de “Corrida Armamentista” o manganês, um minério essencial na fabricação do ferro e do aço, era produto que estava sendo utilizado em larga escala no mundo todo. Sendo a União Soviética detentora das maiores reservas desse minério, os Estados Unidos, paradoxalmente, tornava-se dependente do minério exportado por seus inimigos soviéticos.

Situação que teria permanecido até a exportação do minério de manganês encontrado em 1945 no então Território Federal do Amapá.

Com a descoberta das jazidas de manganês brasileiras deu-se início ao primeiro empreendimento de exploração deste mineral na região amazônica. A empresa ICOMI – Indústria e Comércio de Minérios S. A., cujo o proprietário era o Engenheiro Augusto Trajano de Azevedo Antunes, foi a que venceu a concorrência internacional aberta pelo governo do Amapá para o arrendamento das jazidas de manganês. As reservas de minério se localizavam na região central do Território do Amapá, a 200 km da capital Macapá, no então domínio do município de Água Branca do Amaparí. Para viabilizar o empreendimento obras vultosas foram feitas na região pela ICOMI, a exemplo da construção de uma estrada de ferro que serviria para o transporte do manganês até o Porto Santana, às margens do Rio Amazonas, onde também foi construído um embarcadouro para escoamento do produto das jazidas (RIBEIRO, 1992).

Em meio a floresta amazônica, em região completamente isolada, fazia-se necessária a implantação de estrutura adequada para acomodação dos trabalhadores e suas famílias. A ICOMI constrói duas vilas residenciais: a Vila Serra do Navio, uma verdadeira cidadela, em área de exploração das jazidas de manganês, e uma outra menor, a Vila Amazonas, em zona de embarque para exportação localizada próximo ao Porto Santana (figura 01).

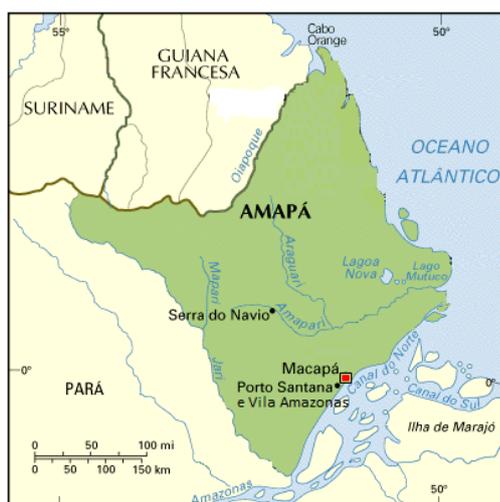


Figura 01; Mapa de localização da Vila Serra do Navio, Vila Amazonas e Porto Santana. Fonte: página de Pedro Valadares no Wordpress.¹ (Alterado pelas autoras, 2016).

¹ Disponível em: <<https://pedrovaladares.wordpress.com/tag/serra-do-navio/>>. Acesso em jun. 2016.

Transformar área virgem em lugar de moradia e convivência para trabalhadores era desafio que levou a ICOMI a convidar diversos brasileiros para enviarem ideias sobre a construção desses novos, e particularíssimos, núcleos urbanos. O arquiteto Osvaldo Arthur Bratke à época apresenta uma proposta considerada condizente com os requisitos definidos pelos proponentes, e venceu a concorrência, apesar de sua auto alegada pouca experiência com urbanismo.

O tema para mim era relativamente novo naquele momento, apesar de ter feito arruamentos e um pouco de urbanização. (...) Queria conhecer, verificar os costumes da população, para fazer uma coisa que ajudasse as pessoas a ter uma vida descente, correta, e a cidade não fosse desfeita tempos depois. Minha proposta foi inicialmente estudar o assunto, em profundidade para depois apresentar um projeto que fosse eficiente, de modo que não se jogasse dinheiro fora. Eles gostaram da minha ideia e fecharam o contrato. (BRATKE, 1995 apud SEGAWA; DOURADO, 1997: 238).

A empresa desejava que os projetos expressassem compreensão do local também sob o ponto de vista sociocultural de modo a trazer benefícios efetivos à uma região despovoada.

Era desejo da ICOMI que se deveria empreender todos os esforços para que esses conjuntos urbanos principais, mantidos por ela, atingissem as qualidades de uma cidade exemplar: uma sociedade de indivíduos, com o fim de proporcionar o bem-estar a todos, representado pela segurança pessoal, saúde, cultura, lazer, liberdade, facilidade de aquisição de alimentos e dos bens desejados etc. (BRATKE, 199? apud RIBEIRO, 1992: 36).

Não havia estrada de acesso. Chegava-se a área da Vila Serra do Navio somente de barco por meio do Rio Amaparí e Araguari. Em sua primeira visita, o arquiteto depara-se com uma zona de densa floresta amazônica, de clima úmido e quente, de relevo montanhoso e chuvas abundantes. Nessas condições Bratke projetou uma vila para abrigar de 2.500 a 3.500 habitantes com a grande autonomia de funções e serviços básicos de moradia, saúde e educação.

Escolheu-se área bem ventilada, próxima à estação ferroviária e não distante da mina. “No entanto, após a construção do núcleo, o novo mapeamento do subsolo revelou que a extensão das jazidas era maior e a exploração aproximou-se até 200 metros da cidade” (SEGAWA; DOURADO, 1997: 251). O terreno tinha duas elevações suaves separadas por um vale pouco profundo (figura 02).



Figura 02 - Foto aérea da Vila Serra do Navio em construção. Vista orientada a Sul. Fonte: RIBEIRO, 1992.

A Vila Serra do Navio foi construída com escola de primeiro grau, hospital, centro cívico e comercial, clube, igreja, etc. que dividiam dois setores de unidades habitacionais, sendo que para cada setor foram projetados modelos diferentes de residência (figura 03).



Figura 03 – Mapa de setorização e ocupação do solo urbano da Vila Serra do Navio. Legenda: 1-Vila AA (Vila Especializada), 2-Vila BC (Vila Operária), 3-Vila CC (Vila Administrativa), 4-Vila DD (Vila Administrativa), 5-Alojamento para solteiros das Vila AA e BC, 6-Alojamento para mulheres solteiras das vilas CC e DD, 7-Alojamento para homens solteiros das Vilas CC e DD, 8-Clube e Casa de Hóspedes das Vilas CC e DD, 9. Administração da Vila, 10-Supermercado, 11-Feira, 12-Lojas, 13-Clube Operário, 14-Igreja, 15-Unidade de Saúde, 16-Escola, 17-Cinema, 18-Centro Esportivo, 19-área de expansão (projeto não construído). Fonte: Acervo FAUUSP (Alterado pelas autoras, 2017).

A distribuição espacial da Vila reflete os níveis hierárquicos dos funcionários da empresa que são também contemplados nos diferentes modelos habitacionais erigidos. Na justificativa da escolha de partidos diversos está a intenção de respeitar os modos de vida dos habitantes. A

maioria das pessoas ocupavam o cargo de operário e eram oriundas da própria região ou de áreas próximas onde habitavam em condições precárias. Já os cargos de gerência e chefia eram ocupados por pessoas graduadas, provenientes de outros estados do país (RIBEIRO, 1992).

Sobre o projeto e construção das casas e demais edifícios, Bratke explica que a casa operária foi concebida geminada de duas unidades para promover o convívio dos moradores. Além de ser uma opção mais econômica de construção, com facilidade de manutenção, contribuiria ainda para manter equilíbrio entre áreas construídas e verde. Com essas diretrizes foi elaborado ainda um projeto cromático para as fachadas, em que se adotou um esquema de cores para valorizar volumes e equilibrar os prédios com a paisagem circundante, quebrando sua monotonia (BRATKE apud RIBEIRO, 1992:46). No dizer de Segawa e Dourado (1997) as casas eram localizadas sem um alinhamento retilíneo, evitando uma simetria desagradável. Contam com um grande gramado à frente e entre as unidades sem gradis nem muros para separá-las, apenas a área de serviço era limitada por cerca (figuras 04 e 05).

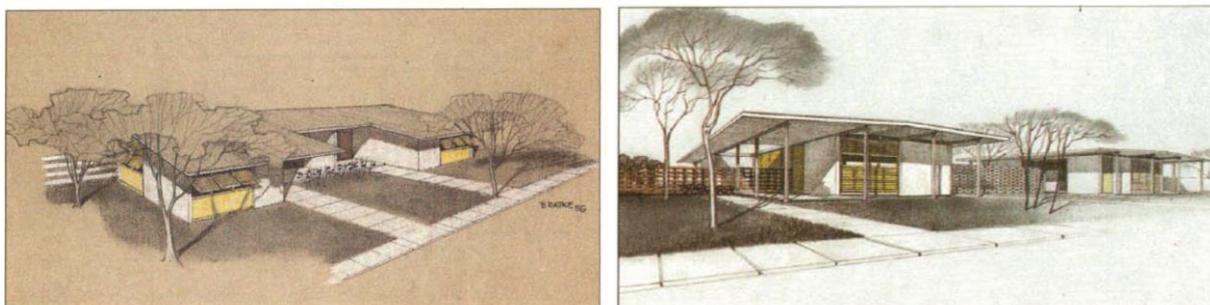


Figura 04 – Projetos de Bratke para as casas da Vila Serra do Navio. Fonte: RIBEIRO, 1992.

A escolha dos materiais e sistemas construtivos empregados nas edificações teve como fator determinante a inexistência de olarias na região e a impossibilidade de instala-las no prazo estabelecido para a obra. A opção foi o bloco de concreto produzido no local. A cobertura foi feita com fibrocimento (cimento-amianto) que, como os demais materiais de construção foram importadas e transportadas via fluvial até o Porto Santana e de trem até a área de mineração. Para as estruturas utilizou-se madeira local, previamente estudada para este fim, trabalhada em uma oficina-escola de carpintaria montada com a finalidade de formar uma mão-de-obra local especializada na região



Figura 05 – Casas na Vila Serra do Navio. Fonte: Nelson Kon, 2015.²

De acordo com Segawa e Dourado (1997) foram projetados por Bratke também kits de tubulações e complementos, que eram produzidos pelo fabricante e chegavam ao local da obra preparados, evitando assim desperdícios e otimizando a instalação do sistema hidráulico

Considerando-se o clima da região e os materiais que tiveram que ser adotados por força das circunstâncias, as soluções para tirar proveito dos ventos e diminuir do desconforto térmico foram excepcionais. Nas residências, as aberturas foram feitas nas fachadas Norte e Sul, edifícios que se agrupavam em fileiras na direção Leste-Oeste para o aproveitamento da ventilação, além de aberturas de ventilação no topo das paredes exteriores, dispendo-as longitudinalmente até as empenas laterais das casas. Foram projetadas ainda portas e janelas tipo venezianas do chão ao teto. Utilizaram-se também painéis decorativos de elementos vazados que como as venezianas permitiam ventilação cruzada. As estruturas de madeira dos telhados foram projetadas para garantir uma camada de ar funcionasse como isolante térmico entre a telha de fibrocimento e o forro (figura 06) feito de tábuas com encaixe macho-fêmea, de 2 cm de espessura, Nas tipologias de telhados com duas águas, sem calhas nem águas furtadas, os beirais eram largos (de 1,20m à 1,50m) para melhor proteger o interior das edificações contra radiação solar direta e chuvas intensas (BRATKE apud RIBEIRO, 1992:56).

As casas dos chefes (*staff*) seguiam um padrão, com pátios internos de serviço, as salas de estar e de jantar conjugadas, tinham divisórias móveis para variação de planta. O mobiliário como sofás, camas, armários, cadeiras, mesas, e demais que eram em madeira, foram produzidos na marcenaria local; os lustres e as luminárias foram encomendados para fábricas

² Disponível em: < <https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/originals/cb/2d/8b/cb2d8b1c57a9604677621be5ebb966e0.jpg>>. Acesso em abr. 2016.

do Sul do país. O colorido das casas resultou de estudo cromático feito pelo pintor Francisco Rebolo Gonzales. (BRATKE apud RIBEIRO, 1992:56).

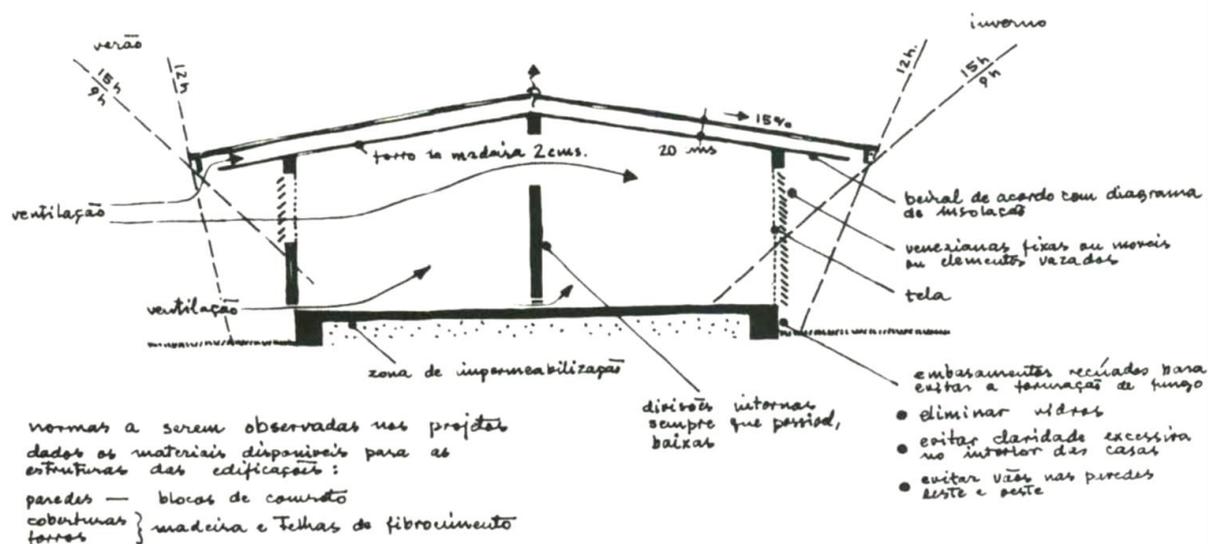


Figura 06 – Sistema de ventilação cruzada utilizada por Bratke. Fonte: RIBEIRO, 1992.

Nas plantas das habitações, adotou-se para cada vila, duas tipologias, com exceção da Vila CC – setor administrativo – que tem uma única tipologia de planta (figura 07).

As venezianas adotadas nos projetos de Bratke, cujo o protótipo foi feito para os primeiros acampamentos na área de exploração, ganharam fama e foram adotadas posteriormente à construção das vilas da ICOMI por muitas construções próximas a elas, inclusive nas edificações da capital Macapá.

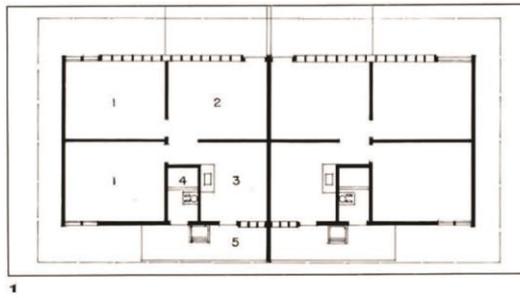
Com o término das atividades de exploração em 1997, seis anos antes do prazo previsto, a ICOMI se retirou da área e, conforme contrato firmado entre a empresa e o então Território Federal do Amapá em 1950, a empresa entregaria as vilas e todos os seus bens construídos e montados para o domínio público. No entanto, com a Constituição de 1998, o Amapá deixa de ser um Território Federal e passa ser Estado da federação. Em 1992 foi criado o Município de Serra do Navio que, adquirindo autonomia política e administrativa por se estabelecer como município passa a ser “domínio público” no país. Estabelece-se então um impasse, que ainda perdura, quanto a propriedade/responsabilidade do patrimônio deixado pela ICOMI: a União alega ser a proprietária pois o contrato foi assinado entre a empresa e o governo federal; o Estado do Amapá sustenta ter o direito ao domínio por ser o sucessor do ex-Território Federal do Amapá; já a Prefeitura de Serra do Navio defende a sua posse por estes

bens por ser a instituição que de fato administrou a Vila Serra do Navio e os problemas desde a saída da ICOMI. Em decorrência dessas indefinições desde então patrimônio deixado pela ICOMI se degrada, senão pelo desuso, pelas espoliações e descaracterizações das edificações, sem que as responsabilidades pela manutenção do conjunto seja assumida por parte das instituições públicas que reclamam para si a posse dos bens. (IPHAN, 201?: 143-144).

Neste contexto de incertezas, na Vila Serra do Navio o processo de degradação urbana e arquitetônica ainda continua. Durante a administração da ICOMI, a manutenção do gramado, das vias, áreas de lazer e equipamentos públicos era planejado e rotineiro. Com sua saída, e com a ociosidade de parte dos espaços, prédios e equipamentos públicos vem se deteriorando com velocidade (figuras 08). No decurso dos anos fatores, como a imigração de um novo contingente habitacional, o aumento do número de pessoas nas famílias residentes e episódios de violência local somam-se à outras inúmeras causas motivadoras para a execução de reformas aleatórias e em desacordo com a concepção urbanística e arquitetônica original.

Os edifícios residenciais tem sido os mais vitimados no que toca a descaraterização formal e de implantação: construíram-se muros e cercas para demarcar terrenos nos espaços antes intercomunicantes projetados por Bratke. Em registro realizado pelo IPHAN por ocasião do tombamento contam ampliações de perímetro da construção, fechamento de varandas, demolições de paredes, alterações substantivas no padrão de cores das fachadas. As venezianas que garantiam conforto térmico foram substituídas por vidros entre outras desconfigurações aleatórias (figura 09).

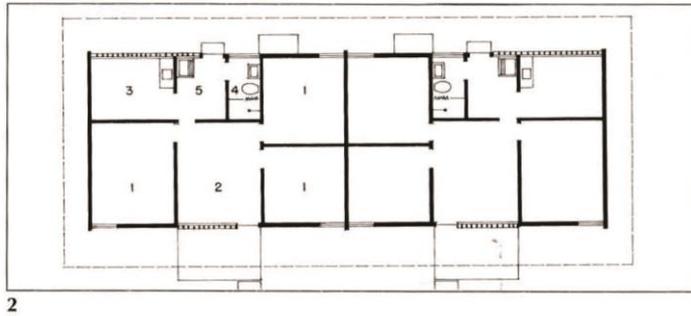
Construções da vila administrativa, poucas da vila operária, o hospital, a escola e a igreja (figura 10) ainda são referências tangíveis da qualidade material, espacial e estética do projeto de Bratke que associa arquitetura e urbanismo à paisagem e cultura local.



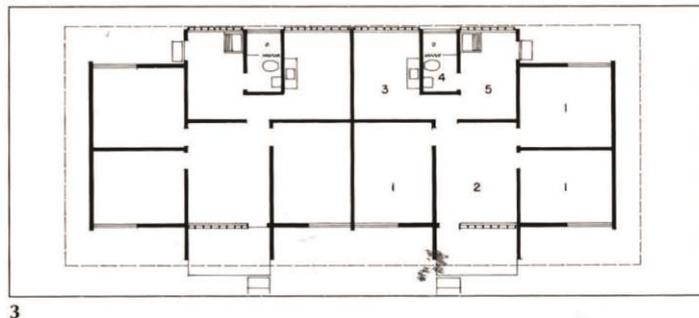
1. Casa tipo A
(habitação operária geminada)
1-dormitório
2-sala
3-cozinha
4-WC e chuveiro
5-serviço

2. Casa tipo B
(habitação operária geminada)
1-dormitório
2-sala
3-cozinha
4-WC e chuveiro
5-serviço

3. Casa tipo C
(habitação operária geminada)
1-dormitório
2-sala
3-cozinha
4-WC e chuveiro
5-serviço



4. Casa de funcionário graduado
1-dormitório
2-sala de estar
3-Sala de jantar
4-cozinha
5-lavanderia
6-quarto da empregada
7-sanitários
8-terraço
9-pátio
10-abrigo-auto.



5. Casa de funcionário graduado
1-dormitório
2-sala de estar
3-Sala de jantar
4-cozinha
5-lavanderia
6-quarto da empregada
7-sanitários
8-terraço
9-pátio

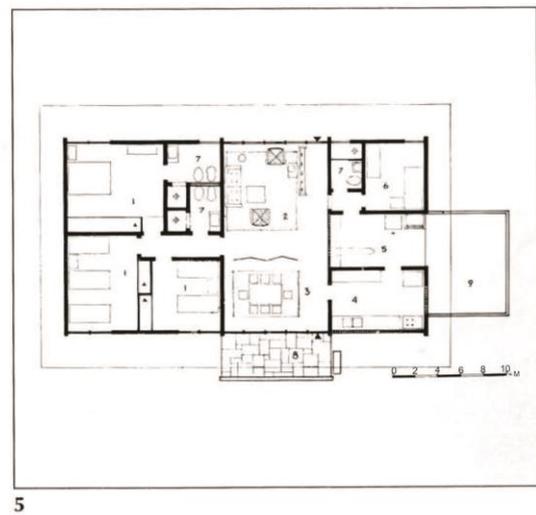
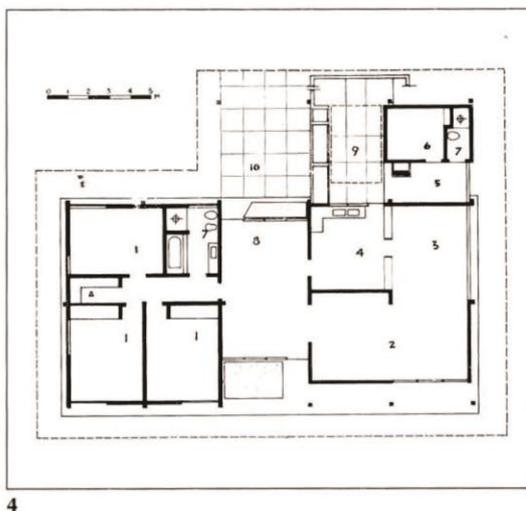


Figura 07 – Plantas da residências projetadas por Bratke. Fonte: RIBEIRO, 1992.



Figura 08 – Desabamento do telhado do clube dos operários, localizado no centro cívico. Fonte: Página de Alcinéia Cavalcanti, 2016.³



Casa da Vila AA preservada



Casa da Vila AA descaracterizada, com ampliação lateral de madeira.



Casa 222 da vila BC - ampliação lateral de madeira.



Casa da Vila BC- ampliação lateral de alvenaria

Figura 09 – Tipos de alterações das casas da Vila Serra do Navio que vem sendo realizadas pelos moradores nos últimos anos. Fonte: IPHAN, 201?: 165-166.

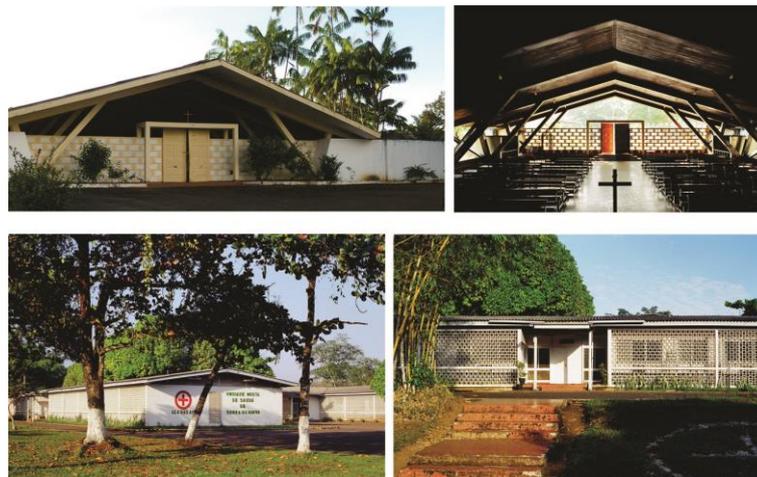


Figura 10 – Edificações conservadas na Vila Serra do Navio: igreja e hospital. Fonte: Nelson Kon, 2015.³

3. A conservação física da arquitetura moderna e alguns de seus dilemas

Se atualmente a Restauração constitui-se em um campo disciplinar internacionalmente reconhecido, tal qual o conceito de patrimônio, ao longo da história assumiu muitos significados diversos relacionados à época, à cultura, aos contextos objetivos e ideológicos em que se colocava. Sua prática remonta a antiguidade clássica, mas sua formulação teórica, sempre associada à Conservação resulta de longa maturação ao longo dos séculos XIX e XX. Para melhor situar questões referentes aos impasses relacionados ao tipo de intervenção adequada para recuperação física de edifícios de arquitetura moderna _que interessa diretamente às reflexões sobre as perspectivas de preservação do conjunto da Vila Serra do Navio” convém breve revisão de pressupostos teóricos do século XIX que perpassam as diretrizes de restauração até os nossos dias, entre os quais a ideia de *autenticidade* e de *intervenção mínima*.

No decurso do século XIX os debates sobre a validade ou não da restauração se estruturavam na exigência social de distinguir o verdadeiro do falso, desenrolando-se por meio de processo complexo que envolvia a compreensão das culturas do passado, da cultura contemporânea e do projeto de diferentes grupos sociais do que deveria ser legado ao futuro. A distinção entre o falso e o autêntico esteve na base de fundamentação das teorias de defesa do patrimônio da corrente de pensamento que criticava as reconstruções em “estilo antigo”, então caracterizadoras das restaurações dos monumentos europeus. O termo “conservação”

³ Disponível em: < <https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/originals/cb/2d/8b/cb2d8b1c57a9604677621be5ebb966e0.jpg>>. Acesso em jun. 2016.

começa a ser adotado para expressar posturas diversas das complementações miméticas das partes faltantes, da imitação e das cópias estilísticas (TIRELLO, 1999:6)

Tais tendências frente as diretrizes de como proceder para manter a história edificada para as futuras gerações se explicitam na literatura da teoria da restauração pelo embate entre as correntes representadas pelo arquiteto Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879) e pelo escritor e crítico de arte John Ruskin (1819-1900), que suprenedentemente ainda se refletem na base das problematizações de caráter conceitual sobre a que ponto chegar em uma intervenção de restauro de patrimônio moderno.

Eugène Viollet-le-Duc foi um dos pioneiros em teorizar, defender e promover intervenções físicas sobre os monumentos visando a reconstituição de um estado original, que o tempo ou o homem teriam alterado, com reconstituições e recomposições de partes perdidas ou faltantes, e até mesmo de correções de soluções técnicas antigas consideradas inadequadas. Suas idéias e sua atuação prática se inserem em contexto político e estético muito particular da França. Após a queda de Napoleão a França era um país devastado pelo vandalismo revolucionário que destruiu monumentos importantes; recuperar a história física francesa, expressa por sua arquitetura era um projeto nacional .

Le Duc, com base em seus sólidos conhecimentos dos estilos arquitetônicos e antigas técnicas de construção, em resposta as demandas de sua época buscou recuperar a harmonia perdida por meio do restabelecimento de uma unidade formal que os edifícios teriam tido quando concebidos e construídos. Essa tendência se difundiu por toda a Europa e terminou por atribuir um significado muito particular ao termo “Restauração”: refazer em estilo. “A palavra e o assunto são modernos. Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento” (LE DUC, 2000: 29)

Opondo-se frontalmente a Viollet Le Duc, John Ruskin, um dos principais protagonistas da corrente da Conservação – para quem os monumentos eram criações inimitáveis que pertenciam só a quem as criou, ou seja, ao momento de sua criação –, marca suas posições divergentes ao discutir as campanhas oficiais de restauro que ocorriam na Europa, então justificadas pela premência da preservação dos monumentos nacionais. No dizer de Ruskin,

Nem pelo público, nem por aqueles que são responsáveis por monumentos públicos, o verdadeiro sentido da palavra Restauração é entendido. Significa a mais total destruição que um edifício pode sofrer; uma destruição após a qual nenhum remanescente pode ser reunido; uma destruição que é acompanhada de uma falsa descrição do objeto construído (Ruskin, 1996 [1849])

Para Ruskin a autenticidade histórica estava na qualidade que o monumento tem de testemunhar a passagem do tempo; a perenidade das coisas, o ciclo natural da vida. Seus enunciados radicais suscitaram importantes debates contra os refazimentos despropositados e falta de critérios na recuperação dos monumentos europeus daquele período [...] culminando na mediação das duas tendências: Restaurar teria que ser também conservar” (TIRELLO, 1999: 9)

A Carta de Veneza (1964), incorpora um longo processo das premissas conservativas de Ruskin e de outros teóricos que a eles se seguiram nas suas recomendações sobre restauração. Em seu Artigo 9º a restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese”. São indesejáveis as reconstituições conjecturais. Em relação a distinguibilidade das intervenções recomenda “(...) todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca de seu tempo” (ICOMOS, 1964)

Aos problemas relacionados à complexa herança cultural do século XX, se insere a preservação da arquitetura moderna, discutida tanto sobre o ponto de vista dos significados memoriais como no aspecto dos procedimentos técnicos mais adequados para a sua conservação física.

As intervenções de reabilitação ou conservação das edificações modernas ocorrem no sentido de eliminar causas de degradação dos materiais construtivos que lhes são próprios e impedir que cheguem ao ponto de necessitar de intervenções radicais, ou seja a substituição total de partes, revestimentos, cores. Mas, no caso da AM, sempre sujeita a alterações relacionadas à renovação de usos e/ou falta de cuidados com manutenção, muitas vezes restaurar significa praticamente refazer o edifício inteiro.

O caráter de excepcionalidade associado simbólica e materialmente à arquitetura moderna tem suscitado questionamento e despertado discussões sobre a necessidade de revisão de algumas questões metodológicas relacionadas aos critérios de restauração e conservação consolidados nos documentos reguladores internacionais, a exemplo da Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) que postula princípios que ainda hoje regem as condutas do restauro conservativo dos bens arquitetônicos: *distinguibilidade*, *autenticidade*, *intervenção mínima*, *compatibilidade* e registro.

Em linhas gerais, *distinguíbilidade* em uma intervenção consiste em deixar visualmente explícito o que é original do objeto e o que resulta de intervenção de reintegração física (adição e/ou subtração de partes por exemplo). A *intervenção mínima* corresponderia a manutenção máxima dos materiais, formas e características primitivas de um artefato, evitando-se sua substituição. A *compatibilidade* diz respeito a escolhas dos procedimentos a empregar em intervenções de restauro/conservação, garantindo a durabilidade dos artefatos no tempo por meio de adoção de materiais e tecnologias com características químicas, físicas e termomecânicas compatíveis com os materiais das partes originais da obra. Já o *registro* consiste no ato de documentar e descrever todo o processo de restauração

As questões principais que tem sido tratadas em debates entre arquitetos, historiadores e restauradores podem ser assim sintetizadas: É possível intervir em uma arquitetura moderna como se tratasse de uma arquitetura antiga? Teria legitimidade documental uma intervenção de restauração limitada somente a reparos e correção de defeitos construtivos, ou um ato de restauro corresponderia a assumir num edifício todas as modificações havidas durante a sua vida como testemunho físico da passagem do tempo histórico na matéria? A restauração do moderno deve ter como objetivo eliminar definitivamente os fenômenos degenerativos ou, agindo de modo menos agressivo à matéria do bem, se limitar a reparar danos pontuais obtendo um estado de equilíbrio provisório que exigira constantes controles e obras de manutenção? Tem prioridade a conservação da imagem icônica ou a substância material da construção?

O porquê e como restaurar a arquitetura moderna são perguntas que perpassam as discussões do ambiente acadêmico e profissional no Brasil e exterior. Há tendência em desqualificar as metodologias de restauração arquitetônica convalidadas internacionalmente que alguns, talvez por desconhecimento, entendem pouco flexíveis frente a variabilidade material do acervo moderno. Se essa não chega a ser de todo uma falsa questão indica que há muito a ser discutido e aprofundado acerca da literatura disponível sobre o tema. O campo da restauração arquitetônica sempre se pautou só em variáveis, cujo reconhecimento integra suas metodologias de projeto, que por essa razão e outras são aplicáveis ao estudo do moderno.

4. Considerações Finais

A necessidade de refletir sobre conservação e restauro, de projetar os princípios teóricos e as práticas operativas da arquitetura moderna em um contexto contemporâneo – que já a

reconhece como um patrimônio à ser tutelado com os mesmos cuidados dedicados aos edifícios antigos – é um percurso ainda a trilhar para instruir obras de restauração em edifícios modernos garantindo sua sobrevivência no tempo, o objetivo maior da preservação para o qual convergem todas as teorias.

Na Vila da Serra do Navio não é diverso. Há necessidade premente de um inventário técnico que conduza ao reconhecimento efetivo dos problemas conservativos que afetam os edifícios que a compõem. O que e o quanto está danificado nos edifícios seriados e nos prédios públicos da Vila? De que categoria de modificação se trata? Mudaram as matérias, as formas? Essas intervenções são reversíveis? É preciso documentar e refletir adequadamente sobre o alcance dos danos e alterações no conjunto arquitetônico para verificar a possibilidade (ou não) de revertê-los sem prejuízo à historicidade do bem. Os materiais e procedimentos construtivos empregados são conhecidos visto que já contam com o acervo documental do projeto de Osvaldo Arthur Bratke, o arquiteto que a projetou com particularidades técnicas que, longe de ser um empecilho para o restauro, interessam à historiografia da arquitetura brasileira.

“Ler” e entender a arquitetura moderna, conhecer e pesquisar sobre seus materiais e estruturas (quase sempre particularizadas) são etapas fundamentais para um projeto de restauração capaz de se apoiar também nas inovações tecnológicas e nos materiais disponíveis para realizar uma intervenção adequada às características do edifício. Não se preserva o que não se conhece.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35 ed. Brasília: Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 24056, 06 dez. 1937. Seção 1.

BRATKE, Osvaldo A. Um depoimento da época: o relatório de 1955/56. In: SEGAWA, Hugo; DOURADO, Guilherme Mazza. **Oswaldo Arthur Bratke**. São Paulo: Proditores, 1997.

IPHAN, Cartas Patrimoniais (org) Isabella Curry; Rio de Janeiro: IPHAN, 3ª edição, 2004.

IPHAN, Vila Serra do Navio: dossiê de tombamento. (org) Maria Dorotéia Lima. IPHAN, 2017.

JOKILEHTO, Jukka. Continuity and change in recent heritage. In: OERS, R.V.; HARAGUCHI, S. (Ed.). *World Heritage papers, 5 Identification and documentation of modern heritage*. Paris: UNESCO/WHC, 2003. p. 101-109. Acesso em: 21 Jun. 2016.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Notas sobre a Carta de Veneza**. *Anais do Museu Paulista*, v. 18, n. 2, p. 287-320, 2010.

LE-DUC, Eugène Emmanuel Viollet. **Restauração**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: ed. Ateliê Editorial, 2000. p.29

RIBEIRO, Benjamin Adiron. **Vila Serra do Navio: Comunidade urbana na selva amazônica: um projeto do arquiteto Oswaldo Arthur Bratke**. São Paulo: Pini, 1992.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos: sua essência e sua gênese**. Tradução Elane Peixoto e Albertina Vicentini. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória** (Trad.Odete Dourado). Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Pretextos, série b, Memórias, 2. UFBA, 1996.

SEGAWA, Hugo; DOURADO, Guilherme Mazza. **Oswaldo Arthur Bratke**. São Paulo: ProEditores, 1997.

ZANCHETI, Silvio. A Teoria Contemporânea da Conservação e a Arquitetura Moderna. **I Curso Latino Americano sobre a Conservação da Arquitetura Moderna–MARC/AL**. Recife: Ceci, Iccrom, 2009.

TIRELLO, R. A.; BARROS, M. C. SFEIR, M. B. **Projetos de reabilitação de conjuntos industriais históricos em centros urbanos paulistas: usos possíveis na contracorrente dos “centros culturais**. In: Arquimemória IV: Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado 2013.Salvador, Bahia, Anais[do] Arquimemória IV: Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado, 2013. Salvador, Bahia: IAB-Ba e UFBA, 2013. v. 1. p. 1-25.

TIRELLO, Regina A. **A explicitação da verdade histórica: a premissa oitocentista europeia para a preservação do patrimônio**. In: “A Ruína, o restauro e as pinturas murais oitocentistas do Vale do Paraíba Paulista. Tese de doutoramento (2vol). São Paulo; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, vol. 1, 1999, p. 5-13 (mimeo).